

Missão europeia vem ao Brasil discutir carne e certificação do etanol

Assis Moreira

Uma delegação de 12 deputados europeus inicia hoje missão no Brasil para tratar de carne bovina e interessada também no mapeamento que o governo brasileiro prometeu fazer das áreas autorizadas para a plantação de cana-de-açúcar, para ter certeza de que exclui a Amazônia e o Pantanal.

A missão coincide com a crescente divergência na Europa sobre o uso de biocombustíveis para combater mudanças climáticas, o que pode afetar duramente o projeto brasileiro de transformar o etanol em commodity global.

O grupo, chefiado pelo presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o deputado conservador britânico Neil Parish, iria inicialmente se concentrar na cadeia de produção da carne bovina, após o contencioso sanitário sobre o produto brasileiro.

Um estudo da assessoria do Parlamento, que serve de base para a missão, estima que "mais de metade da produção abatida [no Brasil] não cumpre as condições sanitárias exigidas, sendo assim encaminhada para o mercado interno. Esta situação sugere a possibilidade de parte da produção poder ser desviada para a exportação, se os sistemas de fiscalização não se mostrarem eficazes".

Com a crise global de alimentos de vez na agenda política internacional, a Comissão de Agricultura passou a encomendar estudos sobre o impacto do etanol no país, para discutir com as autoridades a partir de hoje, em Brasília.

Um documento do Parlamento sobre a agricultura brasileira atribui o desmatamento da Amazônia "sobretudo à exploração mineira ou da madeira, e à construção de infra-estruturas". Apesar do recente "abrandamento" do ritmo da desmatamento, vê o problema "longe de ser controlado".

Por sua vez, o Overseas Development Institute (ODI), centro de estudos britânico sobre questões de desenvolvimento internacional, diz em outro estudo que a destruição de mais de 42 milhões de hectares da floresta amazônica desde 1990 "não pode ser jogada na conta do biocombustíveis".

O ODI diz aos eurodeputados que o uso de cana está no centro-sul e no Nordeste, "bem longe" da Amazônia. Vê "pouca evidência" de que o etanol cause fome e atribui a alta de preços de alimentos à subida global das commodities. Também nota que a indústria de etanol no país assegura emprego para 800 mil pessoas, com salários acima da média do setor agrícola.

O instituto minimiza o impacto do uso de água na produção de etanol no Brasil, diz que a cana usa menos pesticida que milho, café e soja e menos herbicida que a soja. A taxa de perda de solo com cana seria inferior à de outras colheitas, como milho e soja. Diz ainda que a maior parte dos agricultores utiliza práticas que reduzem erosão e melhoram a qualidade do solo.

O ODI observa que a produção brasileira de etanol apresenta os melhores resultados para reduzir emissões de gases. A Agência Internacional de Energia (AIE) calcula que o etanol brasileiro reduz em 97% as emissões, em comparação com os combustíveis fósseis. Se a floresta for usada, será outra história, pois o desmatamento causa grande emissão de gases, que demora para ser compensada.

A Agência de Avaliação Ambiental da Holanda também preparou um documento para os deputados, para concluir que ampla produção global de biocombustíveis "pode" afetar os preços agrícolas, mas que há outros "numerosos" fatores agindo, e é preciso "muita pesquisa" sobre o assunto.

Já a ProForest, empresa britânica que atua na gestão de recursos naturais, avisou aos deputados que os padrões e iniciativas em vigor no Brasil fornecem as bases para o desenvolvimento de esquemas de certificação de produção sustentável de biocombustível.

Isso deve ser reforçado com a promessa do governo de mapear as áreas autorizadas no país para a produção de cana-de-açúcar.

No entanto, a ONG Amigos da Terra/Europa denuncia, em relatório, que os esquemas de certificação que estão sendo montados na América do Sul para assegurar a produção sustentável de cana e soja são insuficientes para evitar estragos ambientais. Para a ONG, as garantias não resolvem "o maior problema", que é a expansão do cultivo em áreas de floresta.

O grupo conclamou os 27 países da UE a rever a decisão de ampliar o uso de biocombustível como opção contra a mudança climática. O Reino Unido já propôs uma revisão do objetivo europeu, passando para o uso de 10% de biocombustível em transporte na Europa por volta de 2020, e não mais 2010.

A polêmica também cresce no Parlamento Europeu sobre quanto os biocombustíveis podem reduzir emissões de gases de efeito-estufa, comparado a petróleo e diesel, antes de receber subsídios.

Para a Comissão Europeia, se os biocombustíveis oferecem redução de 30% nas emissões, vale a pena. Mas um comitê do Parlamento defende que só redução de 50% das emissões justifica o uso de etanol.

Neil Parish, presidente do Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu, entende que a Europa deve usar etanol, desde que produzido internamente. "Um dos principais benefícios do biocombustível é aumentar a segurança energética, mas se vamos alcançar nossos objetivos importando tudo nos torna tão vulnerável como em relação ao petróleo e gás", disse.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 28 abr. 2008, Especial, p. A 16